

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PARTE DO "PROGRAMA ARCA DE NOÉ"

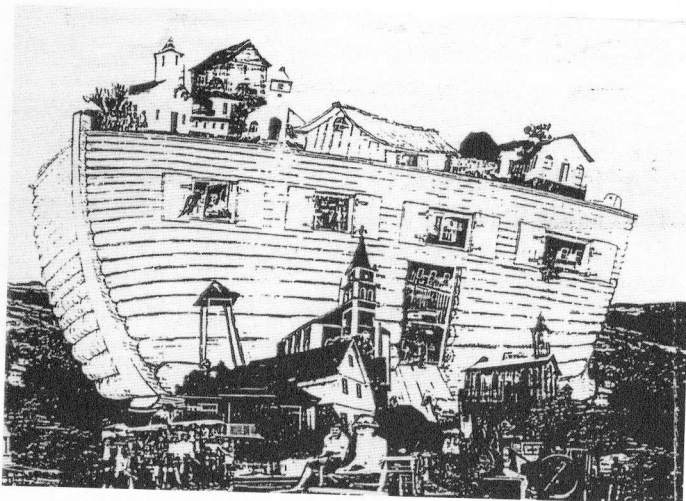
*Maria Elisabeth Pereira Rego**

Considerações Iniciais

O "Programa Arca de Noé" é um dos Programas Ambientais do EIA-RIMA (Estudos e Relatório de Impacto Ambiental) da Usina Hidrelétrica Itá e visa a manutenção da identidade da população atingida pelo Reservatório, através da preservação da sua memória e do seu patrimônio histórico-cultural.

O presente artigo relata os trabalhos de Educação Patrimonial realizados como parte do Programa "Arca de Noé".

* Arquiteta. Ms. - Coordenadora do Programa "Arca-de-Noé".



Símbolo do Programa "Arca-de-Noé" -
Arte: Pedro Ubirajara dos Santos

Referências sobre a usina e a região

A Usina Hidrelétrica Itá é um aproveitamento hidrenergético com potência de 1450 Mw, resultante do barramento do rio Uruguai no local denominado Volta do Uvá, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A região do Alto Uruguai, onde está localizada a barragem, tem na agropecuária (soja, milho, avicultura e suinocultura) sua principal atividade econômica, exercida com razoável nível tecnológico, tendo em vista que em sua maioria as propriedades (média de 25 ha) estão

vinculadas aos grandes frigoríficos exportadores existentes na região (definem os padrões de cultivo dos cereais e de criação dos animais e garantem a compra da produção).

O território afetado pela construção da usina está estruturado através de pequenos núcleos que oferecem apoio primário às populações rurais: escola, venda, igreja, salão paroquial, cemitério, etc.

Colonizada nos anos 20 por descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, em sua maioria oriundos das "colônias velhas" do Rio Grande do Sul, a região do Alto Uruguai tem uma forte marca deste passado colonial: os laços de parentesco e vizinhança definem as relações sociais, as relações de produção e relações espaciais.

O reservatório com 142 km² resultado do alargamento do Rio Uruguai e seus afluentes, inundou terras de onze municípios (7 em Santa Catarina e 4 no Rio Grande do Sul) e neles foram atingidos total ou parcialmente: duas sedes municipais, 32 núcleos rurais, 3.563 propriedades, extensa rede de infra-estrutura viária elétrica e telefônica (MARTINS, 1994).

Isto implicou, também na perda de sítios paisagísticos de valor cênico, com destaque para o Estreito do Rio Uruguai, "canion" de 8.900 metros.

A região afetada sofreu intenso processo de esvaziamento para possibilitar a formação do lago, ao mesmo tempo que a Eletrosul e a Gerasul trataram de recompor a rede de núcleos e a infraestrutura visando garantir condições de permanência da população que ficou, assegurando a manutenção de suas atividades econômicas e das suas relações socioculturais (Idem). As famílias que não tiveram condições de permanecer na região, buscaram por conta própria novas soluções de sobrevivência ou participaram de reassentamentos rurais organizados pela Eletrosul – Gerasul e CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens) que representa os interesses da população.



Estreito do Rio Uruguai -
Foto: Luiz Carlos Felizardo.

Considerações sobre o contexto institucional

O Setor Elétrico Brasileiro, se por um lado, tem uma história de reconhecida eficiência técnica no aproveitamento do nosso potencial energético e na construção de usinas hidrelétricas, por outro lado, notadamente durante a Ditadura Militar, foi quase sempre predatório com relação ao Meio Ambiente: a perda das 7 Quedas do Iguaçu com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, exemplifica de modo dramático as perdas ambientais sofridas pelo país.

Para a modificação de tais procedimentos, três questões têm sido relevantes: a *consciência socioambiental de alguns setores técnicos* internos às diversas empresas de produção de energia elétrica, *as pressões do Banco Mundial*, que condiciona os empréstimos para construção das usinas ao atendimento de suas exigências, com relação ao trato das questões ambientais e mais que tudo, a atual *Legislação Ambiental Brasileira* vigente desde 1988, que passou a exigir dos empreendedores Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para obras de grande porte.

A construção da Usina Hidrelétrica Itá, prevista para os anos 80, sofreu várias prorrogações devido às sucessivas mudanças na

Política Energética do país, definindo que o seu início ocorresse somente em abril de 1996, através da associação da Eletrosul com empresas privadas (Consórcio Itasa).

Durante quase 15 anos, sob a responsabilidade da Eletrosul, vários estudos foram realizados, com relação às obras de engenharia da usina e com respeito às questões socioeconômicas e espaciais da área do futuro reservatório.

Quando, em 1988, passa a vigorar a atual Legislação Ambiental, já estavam consolidadas algumas decisões fundamentais com relação ao projeto da Usina e já estava em andamento um longo, complexo e aguerrido processo de negociação da Eletrosul com as populações atingidas pelo empreendimento, lideradas pela CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens).

Para atender às novas exigências legais, a Eletrosul, ainda em 1988, contratou a elaboração do EIA-RIMA da UHE Itá com o CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores).

Este trabalho, através de 23 Programas Ambientais, estabeleceu os compromissos que a Eletrosul, então, responsável pelo empreendimento, deveria cumprir para que a construção e a operação da usina fossem aprovadas pelos Órgãos Ambientais (IBAMA – FATMA – FEPAM).

Todos os Programas foram definidos em termos de “objetivos e ações previstas”, consti-

tuindo-se em importantes parâmetros (ainda que sintéticos) para as ações do empreendedor, tendo em vista que a implantação dos mesmos tem condicionado a aprovação das diversas etapas da obra.

O detalhamento e a implantação dos Programas foi inicialmente feito por técnicos da própria Eletrosul e posteriormente da Gerasul (Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A).

Após a privatização da Gerasul, que teve como consequência a desmobilização da equipe, os Programas estão sendo concluídos por alguns técnicos da equipe original, absorvidos temporariamente pela empresa consultora ECSEA Engenharia Sócio-Ambiental. Em todas as etapas deste processo os esforços das equipes técnicas tem sido dirigidos no sentido de tornar o mais abrangente possível as ações compensatórias aos impactos da construção da usina, esboçados no EIA-RIMA.



Paisagem do Alto Uruguai -
Foto: Luis Carlos Felizardo.

O Programa “Arca de Noé”

O “Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, foi “rebatizado” como Programa “Arca de Noé”, visando reforçar, para a população local, a importância do *salvamento e da sobrevivência* de sua identidade (fig 1) e tem como objetivos básicos:

- resgatar de forma sistemática os elementos histórico-culturais da área que será inundada, tomando como expressão tangível os bens naturais e os construídos, as suas formas de apropriação e a sua inserção no contexto das relações socioeconômicas, assim como as

manifestações que expressem o fazer e o pensar dos grupos sociais ao longo do tempo;

- criar espaços para a valorização da história e da cultura da região"¹;
- fornecer elementos para a elaboração de um Plano Turístico Regional com base na valorização da cultura vernacular, favorecendo o desenvolvimento econômico e social dos 11 municípios atingidos pelo reservatório da Usina de Itá.

Para alcançar esses objetivos, foram previstas as seguintes ações:

- levantamento das peças e documentos representativos da história e da cultura local;
- seleção, organização, classificação e tombamento do material recolhido;
- apoio à criação de espaços permanentes, em nível municipal, para divulgação do acervo local;
- implantação de um processo dinâmico de retroalimentação do acervo;
- registro dos sítios paisagísticos e de valor cênico;
- registro sonoro e visual das atividades, técnicas agrícolas, hábitos, costumes e manifestações culturais e artísticas das comunidades;

1. CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores): "Estudos de Impacto Ambiental da construção da Usina Hidrelétrica Itá" - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - São Paulo - 1989.

- cadastro e registro dos bens construídos, identificando suas formas de apropriação e sua inserção no contexto das relações socioeconômicas;
- remoção, para preservação das edificações notáveis;²

Em 1993 foi iniciado na Eletrosul o detalhamento do Programa "Arca de Noé", com a assessoria dos órgãos federais e estaduais, que têm por atribuição preservar o patrimônio histórico e cultural: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, FCC (Fundação Catarinense de Cultura) e IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul).

Após visita de reconhecimento à área do reservatório pelos técnicos da Eletrosul e dos órgãos citados, foi definida uma estratégia para alcançar os objetivos do Programa, tendo em vista as dimensões do território atingido pela barragem, as implicações físicas, políticas, sociais e culturais decorrentes de sua implantação, as dificuldades, obstáculos e limitações existentes para a execução dos projetos previstos, e as ações emergenciais que deveriam ser empreendidas a curtíssimo prazo, sob pena de se perder os elementos e condições necessárias ao resgate e à preservação da memória local.

2. Idem.

A estratégia adotada implicou, por um lado, na implantação de projetos que viabilizassem as ações previstas no EIA-RIMA e por outro, no envolvimento das populações e das administrações municipais, sem o qual haveria o risco de tais projetos não passarem de respostas formais aos compromissos da Eletrosul com os Órgãos Ambientais:

(...) é fundamental uma discussão mais profunda sobre a importância e a necessidade da preservação da memória coletiva, sem deixar nas mãos de terceiros a responsabilidade pela decisão sobre o que e como preservar Uma decisão que, em princípio, é um direito e um dever da própria comunidade Partindo do hoje e do cotidiano vivido pelos indivíduos, o trabalho não pode fugir à questão da usina e de sua necessidade e justificativa, bem como das questões ambientais.

A compreensão do processo em curso é um ponto de partida fundamental para qualquer ação que se proponha junto à comunidade, inclusive para a discussão de alternativas e perspectivas para o futuro (HORTA, 1993, p.6).

A implantação do Programa iniciou em maio de 1994, com a realização do "I Fórum sobre o Resgate da Memória e do Patrimônio Histórico Cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá", com a participação das administrações municipais, das lideranças e membros das comunidades locais, de representantes das Universidades e diversas instituições regionais, de técnicos da Eletrosul e dos consultores do

IPHAN, FCC e IPHAE somando cerca de 120 pessoas.

No evento, realizado na nova cidade de Itá-SC³ foram apresentados os objetivos do Programa "Arca de Noé", os projetos previstos, bem como (através de palestras, painéis e vídeos), exemplos de trabalhos realizados no país, visando a afirmação da identidade coletiva, a partir da consciência de uma história comum, de valores, realizações e aspirações que garantem sua continuidade.

Após as apresentações, os participantes distribuídos em grupos de trabalho, contribuíram através de discussões para que os projetos previstos pudessem ser posteriormente ajustados às suas realidades e aspirações comunitárias.

Oficinas de Educação Patrimonial

A partir da constatação, através dos contatos realizados na área do reservatório, de que a

3. A cidade de Itá foi relocada (em função de sua futura inundação pelo reservatório da UHE Itá) a partir de projeto elaborado pela equipe técnica da Eletrosul, iniciado em 1981. A relocação ocorreu anteriormente à atual Legislação Ambiental e ao Programa "Arca de Noé". Duas questões básicas orientaram a relocação de Itá: o envolvimento da população no processo de projeto e o respeito a cultura e a tradição local. Maiores informações, em: Santos e Segawa (1989); Rego (1996).

participação das comunidades na preservação do seu patrimônio cultural estaria bloqueada pela insegurança, pela falta de clareza sobre o que se deveria e o que se poderia fazer e, finalmente, sobre que reais benefícios se obteriam da conservação de coisas do passado, foi desencadeado um intenso trabalho de Educação Patrimonial, cujo primeiro passo foi a realização do Fórum já relatado anteriormente, seguido de 3 "Oficinas".

A Educação Patrimonial, no conceito mais amplo que vem sendo trabalhado em experiências extremamente ricas e bem sucedidas em alguns municípios do Rio Grande do Sul (Silveira Martins, Antônio Prado e Novo Hamburgo), Santa Catarina (Laguna) e Rio de Janeiro (Petrópolis), baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos de uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural.

Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma dada comunidade para a descoberta e identificação de seus próprios valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania.

Mas para ser efetiva, é preciso que essa mobilização parta do envolvimento direto dos membros da comunidade e seja por eles conduzida, com o apoio, incentivo e orientação dos técnicos especializados, partindo por outro lado, da discussão do cotidiano vivido em função da construção

da usina, de sua necessidade e justificativa, e das alternativas e perspectivas de melhoria (HORTA, 1993, p.13).

Com base nesses conceitos e sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis, especializados em Educação Patrimonial (professoras Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro) foram realizadas as 3 Oficinas, com o apoio local das Secretarias de Educação e Cultura dos municípios atingidos pela barragem.

Este trabalho ocorreu durante o ano de 1994, reunindo em cada Oficina representantes de diferentes municípios que durante 3 dias receberam informações teóricas e realizaram experiências práticas, visando sua sensibilização para a preservação da memória e do seu patrimônio histórico-cultural.

O importante neste processo era que as comunidades atingidas construíssem sua própria "Arca" (ainda que com o auxílio técnico) escolhendo o que deveriam colocar no seu bojo (HORTA, 1993).

Ao todo participaram da experiência cerca de 150 pessoas, em sua maioria professores da rede de ensino público, que foram estimuladas a utilizar no seu trabalho didático a metodologia de Educação Patrimonial,

(...) definida como o ensino centrado nos bens culturais, a utilização destes bens como ponto de partida para

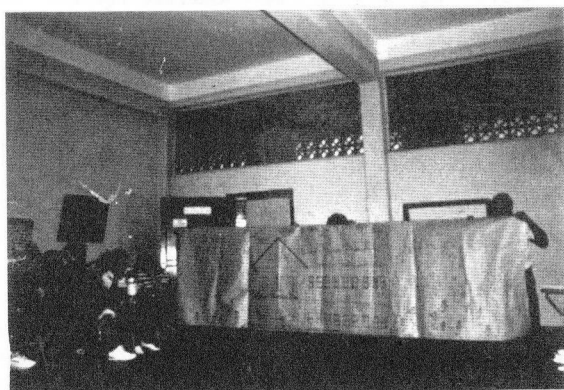
desenvolver a tarefa pedagógica, considerando-os como fonte primária de ensino... (GRUMBERG, 1994).

Ao considerar o objeto cultural como início de um processo de aprendizado, o participante é levado a uma experiência que pressupõe os seguintes passos: a *identificação* do bem *valorização* e *resgate* (expresso em várias formas, tais como exposições, dramatizações, textos, desenhos, músicas, filmes etc...).

A expectativa em relação aos resultados desta metodologia, quando aplicada formalmente no currículo das escolas, é de que, através dos alunos, as famílias também sejam sensibilizadas para a preservação de sua *identidade*.

As 3 Oficinas tiveram resultados importantes a nível da conscientização das comunidades e também conseqüências práticas imediatas em dois municípios (Aratiba/RS e Concórdia/SC) nos quais as Secretarias de Educação introduziram a Educação Patrimonial nos currículos das escolas da rede pública, dando início também a um trabalho sistemático de resgate e registro da História Municipal (Projeto "Nossa História" em Aratiba e Projeto os "Fios do Tempo" em Concórdia).





Oficinas de Educação Patrimonial -
Fotos: Evelina Grunberg

A Educação Patrimonial como processo

Além dos trabalhos específicos de Educação Patrimonial realizados através das oficinas, entende-se que os demais projetos

desenvolvidos dentro do Programa "Arca de Noé" identificaram, cada um a partir de seus objetivos e peculiaridades, a importância da preservação da identidade cultural das comunidades atingidas pela barragem.

Nesse sentido, vale assinalar a realização do "Inventário do Patrimônio Construído" que através de desenhos e fotos da Arq. Luzia Abreu, registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório da usina e imediações.

Dentro deste universo foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (loais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e "Casas de Memória").

Tais locais, além da guarda de acervo histórico, têm por objetivo propiciar o resgate e a preservação dos costumes e manifestações culturais das comunidades, bem como a rearticulação das suas referências perdidas em função da construção da Usina.

Também merece referência o Projeto "Elementos Culturais do Alto Uruguai", realizado pela Universidade de Caxias do Sul, sob a coordenação da prof. Cleodes Piazza Ribeiro, através do qual, no espaço dos doze meses do ano de 1997, foram registradas as atividades, hábitos, costumes e manifestações

culturais e artísticas das comunidades atingidas pela construção da Usina.

Como produtos do ECAU resultaram 80 entrevistas (gravadas e transcritas) com pessoas da região que detêm informações sobre a História e a Cultura do Alto Uruguai, um arquivo com 500 fotos de caráter étnico-anropológico, um vídeo tape "Um rio e muitas vidas" que, juntamente com o texto "O Vale Submerso", sintetiza as informações e observações resultantes das pesquisas realizadas pelo projeto.

Tais produtos, e mesmo a trajetória percorrida pelos pesquisadores para sua realização, deixaram um importante resultado junto às administrações municipais e às pessoas das comunidades pesquisadas, em termos de auto-estima e valorização da sua cultura.

Nesse sentido, entende-se que a Educação Patrimonial vem ocorrendo na região, como um processo que está se consolidando a partir dos diversos projetos implantados pelo Programa "Arca de Noé" e de outras ações decorrentes, realizadas pelas prefeituras e comunidades locais.

Referências bibliográficas

- GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial - utilização dos bens culturais como Recursos Educacionais*. Texto elaborado para Oficinas de Educação Patrimonial, nos municípios atingidos pela UHE Itá - Petrópolis, RJ 1994.

HORTA, Maria de Lourdes: *Relatório de Visita Técnica e de reconhecimento da área do Reservatório da UHE Itá*. Petrópolis - RJ, 1993 pág 6.

MARTINS, Lia Rosa: "Recomposição do Território afetado pela UHE Itá". In: *Revista Perspectiva*. Erechim-RS, ano 18 nº 63, 1994.